

**INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS E O ENSINO DA TEMÁTICA  
INDÍGENA EM HISTÓRIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL NO  
CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE**

**Indigenous in urban contexts and the teaching of indigenous themes in  
History in public municipal schools in Cabo de Santo Agostinho/PE**

Igor Amarante da Silva<sup>1</sup>

Edson Hely Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Buscamos compreender, a partir da Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE 14/2015, como a temática indígena é abordada no ensino de História na rede pública municipal no Cabo de Santo Agostinho-PE, em uma breve análise acerca de informações sobre indígenas estudantes no referido município, baseadas no censo escolar municipal, dialogando com estudos discutindo a presença dos indígenas em contextos urbanos no Brasil. E uma avaliação sobre como a temática indígena é abordada no Organizador Curricular por Unidade Didática e no material didático referente à história municipal utilizados na referida rede de ensino nos anos finais do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Indígenas. Contextos urbanos. Ensino de História. Pernambuco.

**Abstract:** We seek to understand, based on Law no. 11645/2008 and CNE Opinion 14/2015, how indigenous themes are addressed in the teaching of History in the municipal public network in Cabo de Santo Agostinho-PE, in a brief analysis about information about indigenous people students in the aforementioned municipality, based on the municipal school census, dialoguing with studies discussing the presence of indigenous people in urban contexts in Brazil. And an assessment of how indigenous themes are addressed in the Curricular Organizer by Didactic Unit and in the teaching material relating to municipal history used in the aforementioned education network in the final years of Elementary School.

**Keywords:** Indigenous. Urban contexts. Teaching History. Pernambuco.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco 2016. Mestrando em Ensino de História pelo Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor de História na Educação Básica do Estado de Pernambuco e Arte Educador no museu Engenho Massangana da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

<sup>2</sup> Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP. Leciona História no Centro de Educação/Colégio de Aplicação-UFPE. Docente no PROFHISTÓRIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História na UFRPE.

## Considerações iniciais

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou o Parecer 14/2015 com as diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas brasileiros na Educação Básica (BRASIL, 2015). O referido Parecer citou que sete anos após a implementação da Lei nº 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino da história e culturas dos povos indígenas na Educação, essa temática continua como um grande desafio para os sistemas de ensino e com a elaboração de materiais didáticos, ainda representando os povos indígenas de forma estereotipada e pontual.

Desde a década de 1980, houve uma produção acadêmica significativa desmistificando os estereótipos sobre os povos originários destacando o protagonismo destes na História do Brasil (Almeida, 2012; 2017; Bringmann, 2021, Bittencourt, 2013; Callefi, 2013). No entanto, os materiais didáticos e os currículos na Educação Básica ainda refletem visões antiquadas e preconceituosas calcadas em produções historiográficas do século XIX, retratando os indígenas como selvagens, atrasados e extintos no processo de formação do Estado nacional. Essas percepções foram contestadas também pelos movimentos indígenas sobretudo a partir da década 1970, reivindicando o reconhecimento da diversidade histórica e sociocultural (Arruti, 1995; Grupioni, 1995; Silva, 2003).

Se no âmbito acadêmico a produção historiográfica superou as visões romantizadas e negativas predominantes durante décadas acerca das populações originárias, muitas pesquisas ainda se concentram no indígena dito "isolado" ou habitando em territórios distantes dos centros urbanos. Embora os indígenas nas áreas urbanas sejam percebidos desde a formação das cidades no Brasil, esse ainda é um tema pouco discutido, mesmo nos espaços acadêmicos, contribuindo para a invisibilidade e negação identitária desses sujeitos em contextos urbanos.

O censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 indicou Pernambuco como o terceiro estado brasileiro com maior número de indígenas. O mesmo Censo apontou o município do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife (RMR), com 252 indivíduos autodeclarados indígenas, desses, 238 vivendo em áreas urbanas. Essas informações contrastam com as principais referências para o estudo sobre a história do referido município, decretando a extinção das populações nativas ainda no século XVI, descritas como “selvagens” e “incivilizadas” no livro “História do Cabo de Santo Agostinho” do autor Israel Felipe.

Afirmações provocando a inevitável indagação sobre como os indígenas são abordados no contexto escolar público no citado município.

Por séculos as abordagens no ensino excluindo os povos indígenas, contribuiu para a formação de milhares de estudantes não (re)conhecendo a multiplicidade étnica no país e, quando deparados com outras identidades, negando-lhes o direito de (co)existência (Bittencourt, 2013). As nossas compreensões históricas acerca da realidade “(...) não ficam apenas no plano das abstrações, pois todo modo de pensar histórico se desdobra em ações que interferem na realidade.” E uma vez que, “O passado pode ser foco, mas não se desprende do presente e do futuro, já que se situar numa temporalidade implica intencionalidades”. (Ramos, 2018, p.218). A partir dessa perspectiva, surgem perguntas sobre como indígenas e não indígenas pensam a História do Brasil, quais as narrativas históricas hegemônicas sobre os povos originários e as "intencionalidades" geradas com essas compreensões.

Assim, com a obrigatoriedade do ensino da história e culturas indígenas no Brasil na Educação Básica, determinada pela Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE 14/2015, exigindo a inclusão dessa temática em todo o currículo escolar, especificamente nos componentes curriculares História do Brasil, Literatura, e Educação Artística, buscaremos compreender os indígenas na cidade e como a temática indígena é abordada no ensino de História na rede pública municipal de ensino no Cabo de Santo Agostinho-PE. Considerando na abordagem as lacunas na formação docente, a ausência de material didático sobre o assunto e pouca prioridade no Organizador Curricular<sup>3</sup> municipal, diante também da invisibilidade das identidades indígenas em contextos urbanos na cidade.

### **As abordagens sobre os indígenas no Cabo de Santo Agostinho**

O município do Cabo de Santo Agostinho é distante 33 km da capital Recife, com a segunda maior extensão territorial entre os municípios na Região Metropolitana do Recife (RMR)<sup>4</sup> e a história intimamente vinculada ao início da colonização europeia. As autoridades municipais disputam o posto de primeiro lugar do que se tornaria o Brasil, a partir de indícios

---

<sup>3</sup>O Organizador Curricular é um documento que estabelece os conteúdos programáticos para cada componente curricular. Para consultá-lo é necessário solicitar à Secretaria de Educação do Cabo.

<sup>4</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/panorama>

cartográficos e relatos do século XVI apontando para a possível chegada do navegador espanhol Vicente Yanez Pinzon no litoral cabense, nomeando-o *Cabo de Santa María de la Consolación*. meses antes da expedição de Pedro Álvares Cabral (Mello Neto, 1981).

Apesar das incertezas quanto ao ato do citado navegador espanhol, afirma-se que as terras nomeadas cabenses eram habitadas por povos indígenas generalizados pelos invasores com o etnônimo "Caetés". Considerados entraves à dominação lusa, ao resistirem contra as invasões dos seus territórios foram classificados como "índios bravos", sobretudo após a suposta acusação de matarem o primeiro Bispo no Brasil, o Dom Pero Fernandes de Sardenha. Sob essas justificativas, os colonizadores realizaram uma série de batalhas contra os "Caetés", movendo gigantesca quantidade de soldados portugueses e indígenas aliados (Salvador, 1627, p. 57), em guerras perdurando por mais de uma década até a vitória dos colonos.

A Região Nordeste, onde ocorreu durante todo o século XX processos de emergência étnica indígena (Arruti, 1995; IBGE, 2012; Oliveira, 1999; Santos, 2011); sendo Pernambuco o estado com considerável população de indígenas no Brasil como registrou o Censo IBGE/2022; e na RMR vivendo mais de seis mil indígenas; e mesmo com a proximidade aos municípios de Escada e Barreiros até o último quartel do século XIX com aldeamentos indígenas (Silva, 1995; 1999; Dantas, 2014; 2015), a derrota e extinção dos "Caetés", proclamada ainda no século XVI, é citada como a única possibilidade de abordagem para uma história indígena no Cabo. Essas afirmações são amparadas pelas principais publicações sobre o município, a exemplo de "História do Cabo", livro publicado em 1950 pelo escritor Israel Felipe, e em "O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape", artigo publicado por Ulysses Pernambucano de Mello Neto em 1981. Ou mesmo em obras mais gerais sobre o estado como nos "Anais Pernambucanos", organizados por Francisco Augusto Pereira da Costa. Em cada uma dessas publicações, a extinção dos indígenas é o mito fundador do município.

Se as principais produções literárias baseadas em fontes coloniais traçaram um percurso histórico no qual o suposto desaparecimento indígena no Cabo de Santo Agostinho marca o início da história municipal, traçar o caminho inverso, partindo de informações na atualidade, possibilita emergir situações e questões ignoradas por séculos na historiografia.

### **Os indígenas nos censos nacionais: superando invisibilidades**

O Censo IBGE/1991 foi elaborado em um contexto social marcado por intensa mobilização de grupos marginalizados reivindicando direitos, visibilidade, dignidade e participação na organização do Estado. Entre as ações desses grupos, destacamos as campanhas de incentivo à autodeclaração no recenseamento buscando a valorização identitária e “contribuir para que as informações do censo 91 indiquem as reais condições de vida atuais da população negra e mestiça”. (Oliveira, 2003, p. 41.) Não coincidentemente, o Censo IBGE/2000 evidenciou um significativo crescimento no número de indivíduos autodeclarados indígenas em todo o Brasil, com a população nativa aumentada de 294 mil, no primeiro censo, para 734 mil pessoas, no segundo, sobretudo em áreas urbanas, onde constatou-se viver a maioria destes. Esse fenômeno demográfico não sendo explicado considerando apenas o crescimento vegetativo, mas em decorrência das mobilizações sociais ocorridas em todo o país, protagonizadas, também, por organizações indígenas em busca de direitos, reconhecimento e visibilidade. A inclusão dos povos originários no censo de 1991 foi precedida da possível mais importante conquista dessas populações nos últimos séculos: a Constituição Federal de 1988, primeira a garantir plenos direitos aos povos indígenas, incluindo o direito às diferenças, possibilitando a implementação de políticas públicas garantindo e promovendo a existência indígena.

Evidenciando o fracasso das teorias e políticas assimilacionistas “prevendo”, desde o século o século XIX, o suposto desaparecimento gradual dos povos nativos, no recenseamento realizado em 2010 a população originária no país foi contabilizada em cerca de 817 mil indivíduos, com o Nordeste sendo a região onde mais cresceu o número de autodeclarados em relação ao censo anterior. Em 1991 foi registrado que em 60,4% dos municípios nordestinos existiam ao menos um indígena, e em 2010 esse percentual aumentou para 90,2%.

Foram contabilizados aproximadamente 800 indígenas na RMR no Censo IBGE 1991, destes, sete habitando no município do Cabo.<sup>5</sup> Em 2000, como observado em todo o país, estes números aumentaram exponencialmente, inclusive fora dos Territórios Indígenas (TIs) e, sobretudo, em áreas urbanas, contabilizando mais de 400 indígenas no Cabo. Em 2010, foram registrados 252 indígenas no município e no mesmo Censo foi citado ainda que 38% dos

---

<sup>5</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indígenas**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>>. Acesso em: 11 Jan. 2023.

indígenas no país residiam em contextos urbanos, entre outros motivos, por deslocamentos em muito provocados pelas difíceis condições de vida nos territórios originários (Rosa, 2023).

O resultado do Censo IBGE/2022 apontou a população indígena superior a 1,6 milhão de indivíduos. (Simoni; Guimarães; Santos, 2024). Quase duplicando o quantitativo, em relação a 2010 quando foram contabilizados próximos de 900 mil indígenas. No Censo 2022 a metade da população indígena no país com menos de 25 anos. E Pernambuco com 107.000 indivíduos, a 4ª maior população indígena no Brasil. Na RMR registrados 6.441 e no Cabo 184 indígenas. São aguardadas as informações mais específicas, a exemplo dos indígenas em contextos urbanos na última pesquisa censitária.

Assim, contrariando a ideia da extinção, 524 anos após a chegada do primeiro explorador europeu no que posteriormente foi chamado o território brasileiro, após o forte empenho bélico da nobreza portuguesa em combater os “Caetés”, os dados apontam para a continuidade da presença indígena no território nomeado Cabo de Santo Agostinho. Como observado em todo o país, a maioria dos indígenas no município do Cabo está em áreas urbanas. Esse fenômeno demográfico chama a atenção da sociedade sob perspectivas múltiplas, afinal, após séculos de reprodução da imagem de um indígena único, “atrasado” e habitando as florestas, propagada pela literatura nacional, pela música, o cinema, jornais e também pelas escolas, é necessário questionador e admitir a presença de “índios” nas cidades.

### **Indígenas na cidade ou indígenas urbanos?**

Discutindo a presença indígena em contextos urbanos, o antropólogo Eduardo Soares Nunes (2010) argumentou que a suposição - amplamente difundida – da compreensão da cultura como essência, ou seja, imutável, fomenta à ideia equivocada da “perda de si mesmo” atribuída aos indígenas fora do contexto no qual aprendemos deveriam estar: a floresta. Também sendo fomentada as discussões sobre a denominação como “indígenas na cidade” ou “indígenas urbanos”, ambas as designações expressando o incômodo com situações significando a falência ou ausência de políticas públicas para demarcação dos territórios habitados pelos povos indígenas, a maioria invadidos por não indígenas, sejam latifundiários e até projetos governamentais, Dessa forma, a cidade (e tudo supostamente inerente à mesma, como o uso de

dinheiro, aparelhos eletrônicos, automóveis, universidades, etc.) é entendida como um não-lugar do “índio”. Para o citado autor, no imaginário brasileiro:

[...] há uma associação entre índios e floresta/natureza, por um lado, e não-índios e cidade/civilização, por outro. Num tal contexto, a passagem (lógica) dos indígenas ao ambiente urbano tende a ser pensado como um processo de “desagregação cultural”, aculturação, tornar-se igual a outro e, em consequência, perder-se de seu próprio ser. (Nunes, 2010, p. 11)

O autor apontou ainda que a presença indígena nos núcleos urbanos não é algo novo, pelo contrário, o surgimento de grande parte das cidades no Brasil ocorreu a partir de aldeamentos indígenas, com as populações originárias trabalhando como mão de obra em diversas atividades. A estranheza desse “fenômeno” na atualidade é entendida a partir das compreensões teóricas definindo o que é “cultura”. Lidamos por séculos com a ideia generalizante de “índio” como uma unidade étnica desaparecida paulatinamente - pela assimilação e o extermínio - ou vivendo em áreas isoladas. Sobre a assimilação, a concepção de “cultura” norteadora por muito tempo nos estudos acadêmicos e ainda presente no senso comum sobre os povos originários, impede a sociedade aceitar os indígenas para além dos estereótipos cristalizados, classificando-os como “falsos índios”. Dessa forma, evidenciando a necessidade de uma outra concepção sobre “cultura/identidade”

Discutindo o processo de invisibilização das populações indígenas no Brasil, a professora Thais Silveira (2016) apontou para a consolidação desse projeto enquanto política de Estado a partir das ações implementadas pelo Marquês de Pombal, considerando os nativos “incorporados” à sociedade, perdendo a designação de “índios” e sendo classificados posteriormente como “caboclos” (Silveira, 2016, p. 26). Diversos fatores sociopolíticos contribuíram para invisibilizar essas identidades que sempre estiveram nas cidades e ainda continuam. Dentre esses fatores, há um especificamente significativo: a invisibilidade enquanto estratégia de vida. Neste caso, os indígenas preferem negar publicamente a própria identidade para serem aceitos como iguais na sociedade.

Estudos realizados por Mussi (2011), Batistoti e Latosinski (2019) sobre as situações de indígenas em contextos urbanos no Mato Grosso do Sul, discorreram sobre alguns fatores preponderantes na migração dessas populações dos territórios para a cidade, dentre os quais a busca por trabalho, educação e assistência médica. Apesar da promessa de uma “vida melhor”, as informações analisadas nas pesquisas evidenciaram grande parte desses indivíduos

enfrentando fortes níveis de precariedade nos centros urbanos. Além disso, os indígenas convivendo também com a frequente negação das identidades, seja no âmbito acadêmico, acusados de “desaldeados” e da perda de identidade étnica, seja no cotidiano, nas relações interpessoais, taxados como “não índios” ou “falsos índios” e mesmo no âmbito governamental ao não serem reconhecidos em políticas públicas.

Para os pesquisadores Aldair Nascimento e Carlos Vieira (2015) o aumento do número de indígenas em centros urbanos deve ser encarado também como resultado de políticas indigenistas assimilacionistas, tornando a vida nos territórios algo de extrema dificuldade por escassez de serviços essenciais e a não demarcação de terras, provocando migração dessas populações em busca de qualidade de vida, enquanto as terras são invadidas por latifundiários. Somado a isso, os autores argumentaram a ausência de políticas públicas para os indígenas em contextos urbanos<sup>6</sup>, se configurando como estratégia do Governo para promover a invisibilização das diferenças, com a falsa ideia de um modelo único de ser, deslegitimando conhecimentos diversos em função de um suposto conhecimento mais avançado.

### **Indígenas estudantes em contextos urbanos no Cabo de Santo Agostinho: questionamentos para o ensino da temática indígena**

Buscando informações mais precisas sobre a população indígena no município do Cabo, em contato com a Secretaria Municipal de Educação, tivemos acesso ao censo escolar<sup>7</sup>, realizado em 2022 pela referida instituição, constando uma série de informações sobre todos/as os/as estudantes matriculados/as na rede de ensino, como o município em que nasceram, bairro onde residem, ano escolar, data de nascimento, entre outros dados. No item “raça/cor”, foram identificados 30 indígenas estudantes.

De acordo com o citado censo escolar municipal, eram aproximadamente 36.000 mil estudantes matriculados na rede pública de ensino no Cabo de Santo Agostinho. Analisando o documento, identificamos informações possibilitando um mapeamento acerca desses

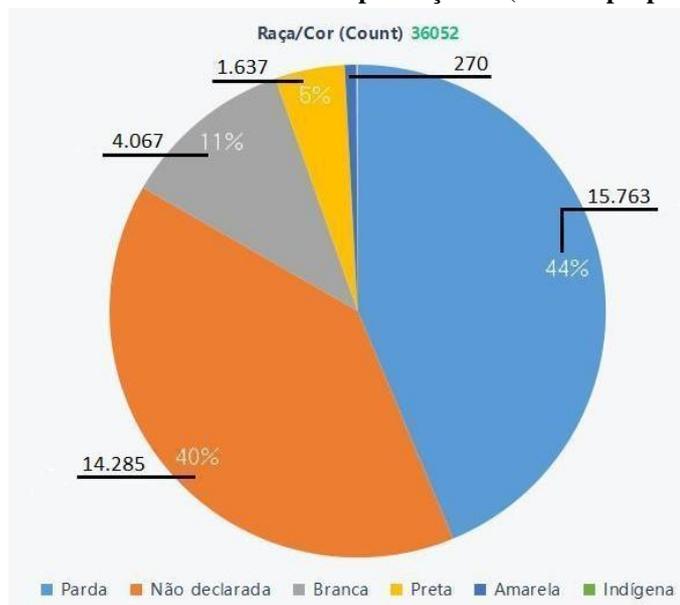
---

<sup>6</sup>Aos indígenas em contextos urbanos durante a 1ª fase da pandemia de Covid-19, foi negada a vacina, direito conquistado após ação no Superior Tribunal Federal/STF, determinando a vacinação dos indígenas.

<sup>7</sup>O censo escolar anual e encontra-se na Secretaria de Educação, sendo necessário solicitação para acessá-lo.

estudantes sob diversos aspectos. Assim, a partir dos dados dispostos no item “cor/raça”, elaboramos os gráficos abaixo:

**Gráfico 1 - Total de estudantes por raça/cor (autoria própria)**



Chamando atenção a ausência dessa informação para 40% dos/as estudantes matriculados/as, ou seja, quase metade destes/as não tiveram as autodeclarações registradas, estando muito próximo do número de autodeclarados “pardos” - maioria dos/as estudantes. Não sabemos a motivação dessa expressiva ausência, se por vontade própria dos/as estudantes ou dos/as responsáveis, baixa importância a essa questão, ou ainda descaso administrativo no ato das matrículas.

Os/as 30 indígenas matriculados na referida rede de ensino contabilizaram menos de 1% do total, o que não qualifica essa informação como menos importante ou descartável, pelo contrário, provoca questionamentos às motivações dessas pessoas para a afirmação identitária. O que significa ser indígena no Cabo de Santo Agostinho? A “identidade” é intrinsecamente relacionada à “diferença” e se manifesta sempre a partir de critérios de inclusão e exclusão, permeados por relações de poder, influenciando legitimidades, hierarquizações e privilégios (Silva, 2005). A autodeclaração é um marcador de diferença e pode ser entendida também como uma atitude política. Ser indígena é ser o “outro” e, neste caso, é ser o invisibilizado, de quem

não se fala a não ser por estereótipos reducionistas. Sendo assim, por que autodeclarar-se indígena no Cabo de Santo Agostinho?

Detalhando as informações sobre os/as indígenas estudantes, a maior parcela destes/as varia entre cinco a 19 anos e apenas um deles, com 47 anos, fora desse “padrão” de idade. A maioria reside em bairros localizados na malha urbana, porém, 10 desses estudantes não tiveram os endereços inseridos no documento. Segundo as informações constando no item “município de nascimento”, a maioria dos/as indígenas matriculados/as na referida rede de ensino nasceram em cidades localizadas na Região Metropolitana do Recife e seis no município do Cabo, correspondendo, estes últimos, a 20% do total.

Acerca dos/as 30 estudantes indígenas, 16 são do “sexo”<sup>8</sup> masculino e 14 do feminino. 11 estão cursando o Ensino Fundamental Anos Iniciais, 13 no Ensino Fundamental Anos Finais (Incluindo a Educação de Jovens Adultos e Idosos) e seis a Educação Infantil.

Pesquisando como a temática indígena é abordada no ensino de História da rede pública municipal do Cabo, tivemos acesso a um documento chamado “Organizador Curricular por Unidade Didática”, voltado para o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental. Esse documento divide o ano letivo em unidades temáticas com objetos do conhecimento, conteúdos a serem trabalhados e habilidades referenciadas na Base Nacional Comum Curricular. Nele, observamos a temática indígena ser mencionada diretamente 34 vezes, abrangendo conteúdos e habilidades do 6º ao 9º ano, sempre evidenciando o protagonismo indígena por toda a História do Brasil, inclusive no estado de Pernambuco, com especial destaque para as mobilizações indígenas no século XX.

Ao analisar esse documento, inevitavelmente nos questionamos: como os docentes conseguiriam atender a essa demanda curricular? Os subsídios didáticos utilizados na referida rede de ensino conseguem abrangê-las? A presença de indígenas estudantes é levada em consideração?

Atualmente a rede pública municipal de ensino do Cabo de Santo Agostinho dispõe de material didático específico para tratar sobre a história do município, utilizando o livro “Cabo de Santo Agostinho: nossa história: riqueza de uma identidade: do enigma à realidade atual”, sendo um volume para os anos iniciais do Ensino Fundamental e outro para os anos finais da

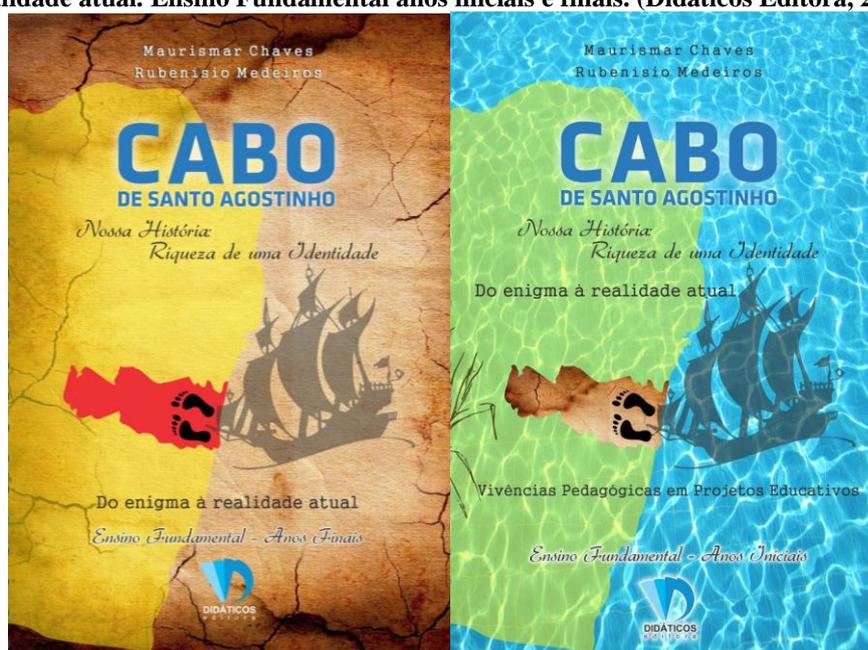
---

<sup>8</sup>No Censo Escolar Municipal foi utilizado o termo “Sexo”. Utilizamos o mesmo termo.

mesma etapa. São de autoria de Maurismar Chaves<sup>9</sup> e Rubenísio Medeiros<sup>10</sup> e foram publicados pela Didáticos Editora em 2018, sendo, desde então, utilizados pela referida rede de ensino, estando disponíveis nas bibliotecas escolares e na biblioteca pública municipal.

Os livros realizam uma abordagem sobre a história do município do Cabo traçando um percurso partindo da povoação das Américas até a atualidade, visibilizando aspectos sociais, artísticos, políticos, históricos e geográficos municipais. Para as finalidades de nossa pesquisa, observamos as abordagens referentes aos povos indígenas.

**Figura 1 – Livros Cabo de Santo Agostinho: Nossa história: riqueza de uma identidade: do enigma à realidade atual. Ensino Fundamental anos iniciais e finais. (Didáticos Editora, 2018)**



Os primeiros dois capítulos do livro utilizado nos anos finais do Ensino Fundamental, totalizando 20 páginas, tratam sobre o povoamento das Américas e os primeiros habitantes no território atualmente chamado Cabo de Santo Agostinho. A presença indígena é, então, apresentada e discutida exclusivamente no início do material didático, desaparecendo no restante do livro, exceto, quando, na imagem de abertura do 3º capítulo, intitulado

<sup>9</sup>Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Graduado em Licenciatura Plena em História. Graduado em Pedagogia e Teologia. Colaborador da Casa de Difusão, Estudo e Pesquisa Educacional. Escritor de livros didáticos e de Pedagogia (informações retiradas do currículo Lattes).

<sup>10</sup>Especialista em Educação de Jovens e Adultos. Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (1993) (informações retiradas do currículo Lattes).

“Pertencimento”, foi exposta a imagem de um grupo de indígenas, porém, sem qualquer contextualização, informação sobre a etnia, a localidade ou o ano. Essa observação corrobora com a análise realizada por Bittencourt (2013) sobre materiais didáticos de História utilizados na Educação Básica, produzidos entre meados do século XIX até o início do século XX, onde a pesquisadora concluiu que a presença indígena, mesmo nos materiais mais recentes, além de ser tratada de forma extremamente estereotipada, desaparece nos livros didáticos e currículos escolares ao longo dos períodos históricos posteriores à colonização.

No 1º e 2º capítulos, intitulados, respectivamente, “De onde vem este povo? A proto-história do Cabo de Santo Agostinho” e “Historiando os Caetés do Cabo”, são exibidas duas fotografias com indígenas adornados com utensílios e pinturas corporais com a legenda “Índios Tupi”. Novamente sem mais informações. Outra imagem, uma ilustração de um rapaz branco olhando para uma “máquina do tempo” mostrando ao mesmo como eram e viviam os povos originários antes da chegada dos europeus, apresentando supostos indígenas na selva, acompanhada do texto “Convido você a voltar no tempo e o que podemos ver é uma imensa terra, tal qual um paraíso povoado por pessoas que vivem em harmonia com a natureza.” (Chaves; Medeiros, 2018, p.18). A imagem e o texto remetem a um dos principais estereótipos criados pelos colonizadores e propagados até a atualidade: o mito do bom selvagem. Essa compreensão contribui para a reprodução de uma mentalidade associando povos indígenas a uma suposta “pureza mítica”, impedindo de entendê-los enquanto dotados de complexidades inerentes a qualquer outra sociedade.

Ao abordar os primeiros contatos com os europeus, os estereótipos foram novamente reforçados. A prática denominada “escambo” sendo assim descrita: “Os portugueses davam bugigangas (apitos, espelhos, chocalhos) para os indígenas e, em troca, eles deveriam cortar árvores de Pau-Brasil e carregar os troncos até as caravelas portuguesas[...]” (Chaves; Medeiros, 2018 p.21). Assim, o material não apresentou os indígenas enquanto dotados de vontades próprias, estratégicos, negociantes, tão interessados em materiais novos e valiosos quanto os portugueses, reproduzindo a falsa ideia de indígenas simplesmente ingênuos.

Os “Caetés” são apresentados como um grupo dissidente dos Tupis, assim como os “Potiguar, Tremembé, Tabajara, Tupinambá, Aimoré, Tupiniquim, Terminó, Goitacá, Tamoio e Carijó” (Chaves; Medeiros, 2018, p.23). Mas, que são e onde habitam esses povos?! Todos descritos como “[...] guerreiros, místicos, antropófagos e hábitos seminômades rudimentares,

voltados para rituais artísticos e religiosos.” (p.23). A extinção dos “Caetés” é mencionada nas primeiras linhas do livro e enfatizada no decorrer do texto. No segundo capítulo, há uma ilustração cartográfica do território do Brasil indicando a distribuição territorial de alguns povos - referidos como “tribo” no texto - ao longo da Costa. Há uma página intitulada “Artefatos indígenas”, com diversas imagens de objetos variados para fazer referência aos povos nativos, porém, sem nomeá-los. Na sessão “A religiosidade dos Caetés”, a prática foi descrita como “misticismo original” e há a imagem de dois indígenas com a legenda “Ritual indígena”, novamente sem quaisquer informações acerca de qual povo se refere.

Nas duas últimas páginas do segundo capítulo, compondo a sessão “É bom saber”, contém um texto de duas páginas intitulado “O poder da cultura indígena na formação dos municípios pernambucanos”. Nele os autores apresentaram Pernambuco como o 4º maior estado em número de indígenas no Brasil<sup>11</sup> e mencionaram os aldeamentos extintos em diversos municípios como sendo propulsores destes, a exemplo do Aldeamento de Escada. Em outra parte do texto foi citada a posterior estruturação industrial do município como atrativa de diversas pessoas ao Cabo de Santo Agostinho, incluindo “descendentes” de indígenas. Essa reflexão final suscita profícuas discussões sobre a atual presença indígena no município. Porém, não foram mencionados os atuais povos indígenas no estado.

Assim, apesar da menção aos povos indígenas na formação dos municípios, a ausência de informações sobre essas populações na atualidade sugere a estudantes e professores/as, mesmo não intencionalmente, a extinção dos povos nativos, contribuindo para a invisibilidade e negação das identidades indígenas, sobretudo em contextos urbanos. Além disso, utilizando imagens descontextualizadas e reproduzindo conceitos questionados tanto pela historiografia recente quanto pelos indígenas na atualidade, o referido material didático reforça velhos estigmas apresentando os povos nativos de forma genérica, negando a ampla sociodiversidade na qual estão inseridos e, conseqüentemente, não atendendo a legislação vigente.

Em pesquisa semelhante, a professora Thais Silveira (2016) investigou a invisibilidade indígena em contextos urbanos a partir de duas escolas onde lecionou no município de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Pesquisando informações no Censo IBGE 2010, foi surpreendida com os 865 indígenas autodeclarados naquele município: “Este número

---

<sup>11</sup>Não foi informada a fonte dessa informação.

me fez reconsiderar a ideia de que as identidades indígenas estavam distantes das salas de aula das escolas públicas, assim como me fez pensar na possibilidade de ter tido alunos indígenas sem que eu soubesse.” (Silveira, 2016, p. 12-13.). Aplicando questionários nas referidas escolas, a docente constatou significativa presença indígena entre os estudantes por meio de ascendência familiar ou nas vizinhanças de cada um deles. De acordo com a citada professora, os dados obtidos “foram mais do que suficientes para contrariar minha primeira hipótese de que os indígenas estavam distantes do convívio dos alunos do município. Também fizeram repensar as minhas práticas em sala de aula, que desconsiderava essas presenças e a sensibilidade do tema.” (Silveira, 2016, p. 14). Diante também da ausência de subsídio didático atualizado acerca da temática indígena, a professora desenvolveu um material didático e uma exposição itinerante acerca da presença indígena no município, ambos abrangendo as demandas sociais atuais dessas populações.

A consideração da existência de uma vasta e complexa sociodiversidade indígena no Brasil, incluindo famílias indígenas nos centros urbanos e, conseqüentemente, estudantes indígenas nas salas de aula de escolas não indígenas, é assegurada tanto pela Constituição Federal vigente, quanto em toda legislação e normatização educacional do país, a exemplo do Plano Nacional de Educação, a Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE 14/2015 - após décadas de mobilizações dos povos originários - determinando e orientando o ensino da história e culturas indígenas sob um viés valorativo. Visibilizar grupos subalternizados, invisibilizados por séculos tanto na historiografia oficial quanto nas aulas de História e nos subsídios didáticos, constitui ato essencial para o desenvolvimento de práticas educativas culminando no reconhecimento e respeito às diferenças.

Assim, “O ponto de partida para o ensino crítico da temática indígena é pensar sempre na atualidade dos povos indígenas. Enfatizando as sociodiversidades indígenas, desmistificando imagens genéricas do ‘índio’, da ‘cultura indígena’” (Silva, 2017, p.55). Diante dos poucos avanços percebidos nas abordagens sobre a temática indígena nas escolas, mesmo com legislação específica em vigor e significativa produção científica, essa perspectiva pode se configurar como estratégia para superação dessas dificuldades.

### **Considerações finais**

Na pesquisa ora em realização, muitas perguntas ainda carecem de respostas, no entanto, as informações até aqui obtidas apontam para a permanência de uma abordagem da temática indígena no ensino de História seguindo paradigmas excludentes e estereotipados, calcados numa produção historiográfica ultrapassada e reprodutora de um projeto nacional assimilacionista, negando a vasta sociodiversidade indígena no país.

Contrariando as afirmações sobre a extinção dos povos originários, seja pelo suposto genocídio ou pela “assimilação”, assim como os censos demográficos evidenciam em todo o Brasil, a presença indígena no Cabo de Santo Agostinho é um dado concreto, autodeclarado, frequentando escolas. Assim, a superação de velhos estigmas relacionados aos povos indígenas reproduzidos em materiais didáticos, além de prevista em lei, é uma questão necessária à dignidade na promoção de uma educação para as relações étnico-raciais, uma educação crítica cidadã.

## Referências

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 17-38, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

BATISTOTI, Aleida F; LATOSINSKI, Karina Trevisan. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **Revista Rua**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 101-132.

BOLETIM Especial #01. **Indígenas contra covid PE, 2020**. Disponível em: <<https://www.indigenascontracovidpe.com/boletim-especial-1>>. Acesso em: 20 dez. 2022. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008**. Brasília-DF, 2015.

SILVA, Igor Amarante da; SILVA, Edson Hely. Indígenas em contextos urbanos e o ensino da temática indígena em História na rede pública de ensino municipal no Cabo de Santo Agostinho/PE. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô. Palmeira dos Índios*, v. 3, n. 1, p. 37-53.

BRASIL. Lei Nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília-DF, 2014.

BRINGMANN, Sandor. Ensino história indígena em livros didáticos: problematizações a partir de uma coletânea distribuída na rede municipal de ensino de Florianópolis, SC. **Tellus**, p. 53-82, 2021.

CHAVES, Maurismar. MEDEIROS, Rubenísio. **Cabo de Santo Agostinho: nossa história: riqueza de uma identidade: do enigma à realidade atual.** Fortaleza, CE: Didáticos Editora, 2018.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Identidades indígenas no Nordeste. In: WITTMANN, Luísa Tombini (org.). **Ensino (d)e história indígena.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 81-115.

DANTAS, Mariana A. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 12, p. 107-129, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: 25/11/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010 Pernambuco.**

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras. **História Unisinos**, v. 15, n. 2, p. 206-215, 2011.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer**, São Paulo, n. 14, p. 118-136, 2015.

NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre: v. 4, n. 1, p. 9-30, 2010.

OLIVEIRA, J. S. de. **Brasil mostra a tua cara**”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J. P. de (org.) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p.11-40.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO,

SILVA, Igor Amarante da; SILVA, Edson Hely. Indígenas em contextos urbanos e o ensino da temática indígena em História na rede pública de ensino municipal no Cabo de Santo Agostinho/PE. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô. Palmeira dos Índios*, v. 3, n. 1, p. 37-53.

Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no RAMOS, Márcia Elisa Teté.** Livro didático, currículo escolar e história pública: futuro do pretérito. **História & Ensino**, v. 24, n. 2, p. 217-259, 2018.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil- 1500 a 1627**. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2148](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148)>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANTOS, Ricardo Ventura; TEIXEIRA, Pery. O "indígena" que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 1048-1049, 2011.

SILVA, Edson. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife, Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

SILVA, Edson. O nosso direito. Conflitos e resistência indígena em Pernambuco no século XIX. In: **Índios do Nordeste: terras e problemas**. In: ALMEIDA, Luiz S. de. GALINDO, Marcus. SILVA, Edson (orgs.) Maceió: EDUFAL, 1999, p. 265-276.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 4, n. 07, 2003.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 73-102.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. **Identidades in(visíveis): indígenas em contexto urbano e o ensino de história da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado Profissional PROFHISTORIA). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016.

SIMONI, Alessandra T; GUIMARÃES, Bruno N; SANTOS, Ricardo V. “Nunca mais o Brasil sem nós”: povos indígenas no Censo Demográfico 2022. **Cad. Saúde Pública** 40 (4) 17, 2024.

SILVA, Igor Amarante da; SILVA, Edson Hely. Indígenas em contextos urbanos e o ensino da temática indígena em História na rede pública de ensino municipal no Cabo de Santo Agostinho/PE. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô. Palmeira dos Índios*, v. 3, n. 1, p. 37-53.